Geoconservação em Áreas Protegidas: o Caso do GeoPark Araripe - CE

Geoconservation in protected areas: the case of Geopark Araripe/CE

Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral¹ & Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota^{2,*}

¹ Departamento de Construção Civil, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

² Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará – SECITECE

Em setembro de 2006, oriunda de iniciativa do Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE), a UNESCO aprovou a solicitação do GeoPark Araripe, que passou a fazer parte da Rede Global de GeoParks (*Global GeoParks Network* – GGN).

GeoPark é um selo outorgado pela UNESCO para áreas com significativo patrimônio geológico de especial interesse científico, que contenham atributos de valor natural raro, deve integrar sítios naturais e pontos turísticos de interesse cultural, constituindo-se em espaço fundamental para proteção dos recursos naturais, o geoturismo, educação e a popularização da ciência. A Rede Global de GeoParks (Global..., 2010) possui atualmente 64 GeoParks em 19 países do mundo, a saber: Austrália (1), Áustria (1), Brasil (1), China (22), Croácia (1), República Tcheca (1), França (2), Grécia (3), Alemanha (5), Irã (1), Itália (5), Japão (3), Malásia (1), Noruega (1), Portugal (2), Irlanda (1), Romênia (1), Espanha (4) e Reino Unido (8).

O GeoPark Araripe, único das Américas, possui 3520,52 km², sendo o território constituído pelos municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, no Estado do Ceará. Abriga geossítios singulares que refletem a história da evolução da Terra e do Homem, que traduzem a riqueza natural e cultural daquela região. A Unidade Executora do GeoPark Araripe está sob a responsabilidade da Fundação Universidade Regional do Cariri (URCA). Recebe forte apoio institucional do Governo do estado do Ceará, por intermédio da SECITECE, Secretaria das Cidades, da Secretaria de Turismo (SETUR), da Secretaria da Cultura (SECULT), do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM) e da Secretaria da Educação (SEDUC). Possui, ainda, significativa contribuição da sociedade

civil de todos os municípios envolvidos; com conseqüente respaldo na viabilização do desenvolvimento sustentável.

Considerando-se GeoPark como uma província de desenvolvimento sustentável e observando-se seu caráter de possibilitar a proteção dos recursos ambientais ali presentes em consonância com o desenvolvimento socioeconômico das populações residentes, mencionada área adquire importância no contexto do modelo de preservação e conservação dos recursos ambientais de países desenvolvidos e em desenvolvimento, uma vez que desempenha ambos procedimentos citados por Cabral & Souza (2005), concernente ao papel das áreas protegidas: a) interrompe, em alguns casos, a atuação antrópica de modo a permitir a manutenção e a recuperação dos atributos ambientais e b) permite o uso dos recursos ambientais garantindo sua manutenção no longo prazo em condições regulares, minimizando os efeitos adversos da atuação antrópica.

GeoParks costumam ocupar vastos espaços territoriais, muitas vezes, extrapolando limites municipais (como por exemplo, o GeoPark Araripe, Ceará, que congrega 6 municípios), aliado ao fato de possibilitarem o desenvolvimento de atividades econômicas em seus limites (em geral, privadas), que costumam ir de encontro aos interesses de conservação de atributos ambientais, notadamente em economias capitalistas, dificultam sobremaneira sua gestão. Nessa situação, a implementação de instrumentos que favoreçam ou permitam práticas econômicas ambientalmente adequadas deve produzir resultados satisfatórios para o maior número possível de agentes socioeconômicos.

No modelo brasileiro, a conservação da biodiversidade não é o único objetivo de manejo dos diferentes tipos de áreas protegidas. Há outros objetivos, dentre os quais se citam: conservação de sítios históricos, arqueológicos e culturais; proteção de bacias hidrográficas; fomento à recreação e ao turismo; proteção da paisagem; entre outros. Dentre as áreas protegidas estão as Unidades de Conservação, preconizadas pela Lei 9985, de 18/07/2000 (Brasil, 2000),

*Send correspondence to: Nájila R. A. Julião Cabral

Av. Treze de Maio, 2081, Bairro Benfica,

CEP 60040-531, Fortaleza, CE, Brasil.

E-mail: najila@ifce.edu.br

as Áreas de Preservação Permanente, as Áreas de Reserva Legal, e outras que possuem diploma legal conferindo a elas delimitação e proteção ambiental. As Unidades de Conservação podem ser instituídas em território nacional, estabelecidas por meio do Poder Público (em suas três esferas: federal, estadual e municipal).

GeoPark não se encaixa em nenhuma das categorias de Unidades de Conservação preconizadas no modelo brasileiro de conservação e preservação dos recursos naturais. Legalmente não é uma área protegida. Assim, ao conceituar GeoPark como província de desenvolvimento sustentável, é perfeitamente possível sua instituição e operacionalização no território nacional. Ademais dentro de GeoParks devem ser instituídas categorias mais permissivas (como as Unidades de uso sustentável) e categorias mais restritivas (como as Unidades de Proteção Integral), no intuito de se promover restrições de uso do solo aos agentes socioeconômicos do território.

Estabelecer ações em geoturismo, geoconservação e educação na busca de consolidar o território do GeoPark Araripe requer compromissos, não apenas da Unidade Executora, como de toda a sociedade afetada. O planejamento de políticas públicas de turismo, no propósito do manejo integrado dos municípios integrantes do GeoPark Araripe, conduz a compreensão dos processos históricos, econômicos, políticos e culturais dos geossítios.

O desafio é possibilitar o desenvolvimento da atividade de geoturismo com as demais atividades realizadas no GeoPark Araripe, de maneira a contribuir para:

- a minimização dos prejuízos/danos ambientais oriundos da não observância da capacidade de suporte dos ecossistemas (ênfase nos geossítios);
- a conservação do patrimônio geológico;
- desenvolver produtos regionais, chamados geoprodutos, com incremento de bem-estar da população local;
- promover a valorização da comunidade local, seus saberes, costumes e tradições; e

- criar experiências únicas, que só podem ser vividas nas circunstâncias do território.

Quanto à conservação e preservação da biodiversidade presente na área do GeoPark Araripe, mencionado espaço territorial abriga 9 (nove) unidades de conservação (UCs), criadas em âmbito federal, estadual ou municipal, conforme Tabela 1.

A questão central da conservação e preservação da biodiversidade é implementar meios de gestão e manejo adequados. Importante, então, vincular as atividades turísticas (que, pela legislação brasileira, são consideradas de uso indireto dos recursos naturais, factíveis em unidades de conservação de ambos os grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável) às diferentes unidades de conservação existentes no território, bem como aos outros geossítios presentes no território.

Levantamentos técnico-científicos elaborados na área do GeoPark Araripe permitiram a identificação de roteiros turísticos diversificados, desde o roteiro religioso (que encontra no Padre Cícero de Juazeiro do Norte interessante respaldo popular e de fé), passando por roteiros culturais (incorporando os saberes e legados culturais locais, a exemplo das festas populares e artesanatos) até roteiros gastronômicos que privilegiam gostos e sabores tradicionais locais (a exemplo da canjica, mugunzá, rapadura e bebidas locais: chamados de geoprodutos na área do GeoPark).

Assim sendo, nas estratégias de geoturismo com forte interface em geoconservação, alguns fatores são primordiais e devem ser identificados de maneira a serem incluídos na proposição de estratégias de ação, com vistas ao geoturismo. A Tabela 2 traz alguns fatores e suas descrições.

No GeoPark Araripe, o conhecimento dos efeitos das atividades de geoturismo desenvolvidas (e/ou a serem desenvolvidas), tanto individualmente como cumulativamente, nos seus limites deve possibilitar o rearranjo institucional e, dessa maneira, contribuir para novas práticas sustentáveis. Para tanto, a Unidade Executora do GeoPark Araripe em conjunto com Institutos de Pesquisa e Ensino tem feito, sistematicamente, avaliação de gestão e

Tabela 1. Unidades de Conservação integrantes do GeoPark Araripe - CE.

Unidade de conservação	Categoria	Âmbito administrativo	Diploma legal
Floresta Nacional do Araripe-Apodi	Uso sustentável	Federal	Decreto-Lei nº 9.226, de 02.05.46
Parque Ecológico das Timbaúbas	Proteção integral	Municipal	Dec. nº 1.083, de 23.03.95
Parque Estadual do Sítio Fundão	Proteção integral	Estadual	Dec. nº 29.307, de 05.06.08 (Criação) e Dec. 29.179, de 08.02.08 (Desapropriação)
APA da Chapada do Araripe	Uso sustentável	Federal	Decreto-Lei nº 9.226, de 02.05.46
RPPN Arajara Park	Uso sustentável	Domínio privado	Port. IBAMA nº 024-N, de 23.02.99
Monumento Natural Sítio Canabrava	Proteção integral	Estadual	Dec. nº 28.506, de 01.12.06
Monumento Natural Pontal da Santa Cruz	Proteção integral	Estadual	Dec. nº 28.506, de 01.12.06
Monumento Natural Sítio Riacho do Meio	Proteção integral	Estadual	Dec. nº 28.506, de 01.12.06
Monumento Natural Cachoeira do Rio Batateira	Proteção integral	Estadual	Dec. nº 28.506, de 01.12.06

Tabela 2. Fatores usados na priorização de estratégias de Geoturismo no GeoPark Araripe.

Fatores	Descrição
Biodiversidade	Conservação e preservação da biodiversidade (flora e fauna)
Comunidades	Setores da sociedade civil: organizações não-governamentais, associações, grupos tradicionais, entre outros
Solo	Uso e ocupação do solo: agricultura, pecuária, paisagem, usos potenciais, dinâmica territorial
Água	Recursos hídricos superficiais e subterrâneos, seus usos múltiplos e preponderantes
Reconhecimento dos valores sociais	Eventos culturais locais, produção de bem-estar, incorporação de saberes regionais, tradições, gastronomia
Aspectos históricos, geológicos e arqueológicos	Sítios únicos de valor que demandam proteção, interpretação e transmissão para futuras gerações

Fonte: Adaptado de Hajkowicz (2008).

manejo do território do GeoPark, no intuito de readequar as ações de geoturismo, educação e geoconservação.

Entende-se que o GeoPark Araripe representa importante instrumento para viabilizar o desenvolvimento sustentável na porção sul do estado do Ceará, incorporando-se as premissas de prudência ecológica, por internalizar a variável ambiental nos procedimentos e na tomada de decisão; de

viabilidade econômica, por permitir o incremento de bem estar às comunidades locais diretamente afetadas, sobretudo com a valorização dos produtos locais (geoprodutos); e de justiça social, por permitir equidade de participação de todos os atores sociais envolvidos no processo.

Por fim, infere-se que GeoParks são, então, um instrumento que vem se somar aos demais existentes no arcabouço jurídico disponibilizado por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), contribuindo, significativamente, para conservação da natureza.

Referências

Brasil. 2000. Lei 9985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. *Diário Oficial da União*, Brasília.

Cabral NRAJ & Souza MP, 2005. *Área de proteção ambiental – planejamento e gestão de paisagens protegidas*. 2. ed. rev. atual. São Carlos: RiMa.

Global GeoParks Network – GGN, 2010. *Global Network of National Geoparks* (assisted by UNESCO). Available from: <http://www.globalgeopark.org> Access in: Mar. 2010.

Hajkowicz SA, 2008. Supporting multi-stakeholder environmental decisions. *Journal of Environmental Management*, 88:607-614.

Recebido: Abril 2010
Primeira Decisão: Maio 2010
Aceito: Julho 2010